

SESSÕES DO PLENÁRIO

121ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de dezembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Adolfo Viana comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/11/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, caríssimo deputado Adolfo Menezes, subo a esta tribuna para comemorar a luta oposicionista nesta Assembleia contra o pacote do governo que fere de morte o servidor deste Estado.

Nós da Oposição, capitaneados pelo nosso Líder Sandro Régis, estamos cumprindo o nosso papel, o que determinam as nossas consciências. Ontem observamos a presença de alguns servidores transitando pela Casa. Mas isso é muito pouco, muito pouco! Necessária se faz uma mobilização do funcionalismo público estadual.

As medidas do governo têm três motivos que podemos discutir. A primeira medida: o governador é maluco? A segunda: ele tem nas mãos um Estado quebrado? A terceira: ou S.Ex^a não gosta do servidor? Então, vamos elencar uma a uma.

É obvio que o governador não é maluco. É um homem extremamente inteligente e já deu demonstração disso. Logo, essa hipótese é descartada.

Se o Sr. Rui Costa não gosta dos servidores. Quero crer que também não é a correta para este pacote duro e cruel contra eles. Ele é um sindicalista, ex-sindicalista forjado nas bases do sindicalismo deste Estado. Então, também prefiro recusar essa outra hipótese.

Mas a que me chama a atenção é que, de fato, o Estado está quebrado. A Bahia está quebrada, mas tem as digitais do Partido dos Trabalhadores. A situação chegou a este momento tão cruel porque o governo foi perdulário! O PT não cuidou das finanças estaduais como devia! Gastou dinheiro em demasia! E algumas coisas estão aí para comprovar a nossa fala.

A Fonte Nova, por exemplo, é um motivo que deve estar deixando arrependido o governador Rui Costa pelo que o seu antecessor fez. A Oposição cobra agora a coerência! Aquela coerência do à época candidato oposicionista ao se lançar para o governo em 2006 dizendo que o governador de então, Paulo Souto, não gostava do servidor, pagava salário de miséria! Ele fez campanha na televisão com o contracheque dos servidores!

Aquilo foi uma peça publicitária que acabou ludibriando não apenas os incautos. Mais quantos e quantos milhares e milhares de servidores públicos deste Estado caíram no engodo, foram engabelados, ludibriados?! Aí, o governo liberou alguns penduricalhos para mostrar que o antecessor é que tinha má vontade com o servidor. Agora a máscara literalmente caiu!

Paulo Souto foi um governador austero e zeloso que sempre deu ao servidor aquilo que o Estado podia dar, meu caro deputado Luciano Ribeiro, uma coisa é você não ter e almejar ter. A outra coisa é você ter e se ver obrigado a perder. E ninguém

quer perder direitos adquiridos. É por isso que nós da oposição somos contra a retirada de direitos adquiridos pelo servidor.

O Partido dos Trabalhadores hoje vive uma verdadeira dicotomia. Caminha no fio da navalha. Aquele partido da oposição que entendia de finanças, que sabia administrar, sabia onde estavam os recursos para atender aos anseios dos servidores na prática viu que a coisa era bem diferente. E hoje faz um discurso ao inverso daquele partido que cresceu nas praças públicas, não apenas da Bahia como no resto do Nordeste e do Brasil inteiro.

Portanto, a oposição vai continuar nessa luta. A minha opinião é que fechemos questão contra o pacote, de A a Z. Vamos fechar questão. Não há concessão, nesse momento, ao governo do Estado. É 8 ou 80. Não tem meio termo. Quem pariu Mateus que balance. Quem forjou essa crise que resolva. Mas não jogando o ônus nas costas do servidor público desse Estado.

Se deram alguns penduricalhos e agora querem tirar, problema de quem está governando e porque deu. Porque somos radicalmente contra a derrubada de direitos adquiridos. Afinal de contas, o servidor lutou e conseguiu. E agora deve lutar muito mais para não perder aquilo que conseguiu na luta e na esperança de um dia viver melhores momentos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa ontem e hoje escreveu, na minha humilde avaliação, uma página negra na sua história, Por aceitar da forma como aqui foi enviado: um rolo compressor atropelando tudo e todos. Atropelando mesmo o bom senso de se apreciar em um dia, em uma sessão apenas, 8 projetos, para que fossem apreciados em regime de urgência ou de prioridade, além da votação em primeiro turno do Orçamento do Estado. As consequências podem ser drásticas, porque no açodamento e na prepotência do governador em querer atropelar essa Casa, pode estar cometendo equívocos que poderão ser danosos à própria imagem da Casa, como também à imagem de toda a conjuntura legal do Estado.

Quero apenas, para ilustrar a minha fala, dizer que foram tantos os projetos que não deu tempo ainda de fazermos uma análise mais criteriosa. Mas, hoje, após a votação do proceder, tive a curiosidade de poder analisar alguns aspectos dessas medidas aqui enviadas. E partimos do primeiro ponto que é a PEC 148, que tenta suprimir direitos dos trabalhadores. E de cara a gente já percebe que ela contém uma inconstitucionalidade impossível de ser ultrapassada e de ser ignorada por esta Casa: a que trata da modificação do inciso 8, do artigo 41, da Constituição, que trata das férias dos servidores públicos. Ora, o texto aqui enviado pretende tirar apenas duas

palavras, mas que têm um significado imenso e que aí gera a inconstitucionalidade. São as palavras “pelo menos”, que são retiradas desse texto. Quando assim se retira, passa a ter uma redação diferente daquela constante na Constituição federal, e que trata dos direitos fundamentais e direitos sociais.

Como nós sabemos, esses direitos são direitos que têm a repetição obrigatória nas Constituições estaduais. Se retirarmos da Constituição estadual esse direito, esse “pelo menos”, restringindo aquilo que a Constituição federal não restringe, a norma é inconstitucional.

Por aí começam os equívocos. Iremos bater nisso, e é por isso que estamos contra. Além disso, a falta de cuidado, nem falta de cuidado, mas a prepotência de entender que esta Casa é nula, faz com que não se tenha sequer o cuidado de proceder a uma boa redação na confecção dos projetos de lei que são enviados para cá.

Vejamos essa mesma PEC, na qual há algumas coisas que são impossíveis de serem apreciadas, pela sua impossibilidade jurídica de ocorrer. Quando eles tratam do art. 1º e do art. 2º, aí você vem no art. 3º, que você não vai ter 4º, 5º e 6º parágrafos, que não tem onde serem colocados na Constituição. Quais são os artigos da Constituição que o art. 3º, art. 4º, art. 5º e art. 6º, que há na PEC, vão se inserir onde na Constituição?

É uma inabilidade, uma falta de técnica legislativa absurda. Aprovar do jeito que está aqui, e até enviar para esta Casa da forma como se encontra, é um erro extremamente grosseiro. Não posso e não quero acreditar que essa peça tenha sido feito por alguém que tenha o mínimo conhecimento de técnica jurídica. Não se muda um artigo da Constituição, copia e cola.

Pegaram um texto e transferiram para uma PEC, que é uma coisa completamente diferente. Com a PEC, você tem que mudar o artigo da Constituição. E, aqui, não se muda. Vai mudar os artigos 3º, 4º e 5º da Constituição? Não é essa a pretensão.

Falta técnica legislativa. Essa PEC é de uma ilegalidade, de uma inconstitucionalidade flagrante, e não poderia, sequer, ser apreciada como foi, ainda mais em regime prioritário. Além disso, volto a dizer da prepotência do governo. Só pode ser isso, não considera esta Casa um Poder legítimo, que pode apreciar.

Eles enviam junto com a PEC, que nem sequer foi aprovada, nem sequer pode ser apreciada, por esses erros grosseiros que há aqui, um projeto de lei como se essa PEC tivesse sido apreciada.

Ora, a Constituição está em vigor. Não foi apreciada ainda essa PEC, e não pode ser apreciada do jeito que está aqui, não pode ser votada do jeito que está aqui, como é que ela vai gerar uma lei complementar? Não pode. Ela não foi aprovada.

E nós, na ignorância e na submissão ao Poder Executivo, aceitando a prepotência do Poder Executivo, nos submetendo a esta situação vexatória de apreciar uma lei sem que sequer a Constituição tenha sido modificada. Essa lei depende dessa

aprovação. Não pode ser concomitante, ainda mais com uma técnica que é absurda. Isso está aprovado em regime de urgência, tem preferência sobre o regime de prioridade. Isso tem que ser apreciado primeiro, mas se isso depende da apreciação dessa?

É por isso que nós, da Oposição, estamos lutando aqui para que esta Casa se faça respeitada, para que possamos, aprovar e apreciar projetos com o mínimo de dignidade, com o mínimo de respeito. Não podemos aceitar que coisas tão esdrúxulas, tão primárias, com erros grosseiros, sejam submetidas a essa vexatória apreciação que se deu ontem aqui.

Por isso, a Oposição se manteve, se mantém e se manterá firme no seu propósito de obstruir as pautas para abrir os olhos daqueles que não consideram o Poder Legislativo como um verdadeiro Poder; para abrir os olhos daqueles, que nós somos aqui, representantes do povo. Fomos legitimamente eleitos e empossados, precisamos nos fazer respeitados para que sejamos respeitados. Não podemos aceitar essa estupidez que se pretende.

Espero que tenha sido entendido nas colocações que fiz aqui. Volto a repetir, isso é de uma análise simples. Foi possível apreciarmos, mas não teremos a possibilidade de analisar porque o regime é de urgência, o regime é a galope, e assim não podemos nos debruçar sobre os textos absurdos, ilegais e imorais enviados a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a apalavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Srs. Deputados, o Brasil, deputado Hildécio, está em uma grande crise que, às vezes, depois dela alguns países se levantam. O Japão e a Alemanha, por exemplo, depois da 2ª Guerra ficaram destruído, e hoje são o que são, duas das principais economias do mundo.

O Brasil, hoje, se encontra no chão. Segundo os especialistas, há 70 anos não passávamos pela crise em que estamos vivendo agora. O ano de 2015 já foi perdido e a previsão é de termos recessão novamente em 2016.

Numa avaliação recente em 42 economias do mundo, o Brasil, deputado Leur, foi o penúltimo colocado em crescimento. Crise que muitos não tiveram a oportunidade de presenciar, de assistir. Crise em todos os setores. Vemos presos um senador da República; o maior empresário do Brasil, um dos maiores da América Latina; juízes, desembargadores, deputados, ex-deputados. É hora de os homens públicos fazerem um pacto, deputado Carlos Geilson. Eu acredito que sem um pacto o Brasil não sairá, deputado Hildécio, dessa situação em que se encontram.

Os políticos, na sua maioria, teriam de abrir mão da política e pensar no povo, pensar na população. E isso não ocorre. Vemos em Brasília a maioria do Congresso – que tem o poder de mudar ou fazer as leis – defender interesses próprios, interesses corporativos. E aí o Brasil se encontra nessa situação.

Vimos aqui um projeto do governo aumentar em mais 1% o ICMS. Coisa que os outros estados já fizeram, deputado Carlos Geilson. Com a taxa escorchantemente que a população paga de impostos, vemos mais aumento da alíquota. Por quê? Porque os estados, principalmente São Paulo, que tem 40% da receita do Brasil, já que lá está instalado o maior parque industrial da América Latina... O Alckmin, que é o governador do momento, deputado Hildécio, não quer abrir mão, temporariamente – o que no futuro seria bom para todos os estados – de impostos. Isso porque pensa em ser presidente do Brasil em 2018. Essa é a verdade.

Todo o Congresso sabe que o melhor para o Brasil seria o imposto único, até porque os técnicos brasileiros não precisariam inventar, deputado Carlos Geilson, absolutamente nada. Digo sempre, bastaria copiar experiências êxitos as que acontecem pelo mundo nos países que se respeitam, nos países do primeiro mundo, claro que adaptando às nossas características geográficas e populacionais.

Vejam os Estados Unidos, - claro que não estou comparando o Brasil com os Estados Unidos – imposto único. Compramos um cachorro-quente e o comerciante é obrigado a tirar a nota na hora. Compramos alguma coisa e não tem isso de perguntar se queremos a nota, como aqui no Brasil, V.Ex^a que é da área fiscal.

Aqui é sonegação de todos os lados, e a carga tributária tem de ser alta porque poucos pagam, e você acaba pagando em dobro. As escolas públicas não funcionam, tem-se de botar em escola particular; os hospitais não funcionam, e quem pode, uma pequena parcela da população, tem de ir para hospitais particulares, e acaba o Brasil tendo uma das cargas mais altas do mundo. Os homens públicos sabem como melhorar, mas ninguém quer abrir mão, pelos menos no momento, pois só pensam em eleição.

Há poucos dias vimos os principais partidos do Brasil dando essa demonstração. Uma parte do PMDB, que V.Ex^a discordou, o PSDB protegendo o Sr. Eduardo Cunha, pensando só em eleição, pensando que Eduardo Cunha iria fazer o impeachment da presidenta Dilma, e aí, claro, o PSDB assumiria o poder diretamente com o PMDB ou através de eleição. Quando viram que o Sr. Eduardo Cunha, com todo o cinismo que envergonha este país, estava, como está, usando o poder que tem de aceitar ou não o pedido de impeachment, largaram o Eduardo Cunha.

É a triste realidade do nosso país. E o que vemos? Dos 27 Estados deste país, vemos 17, nesse momento, sem poder pagar os salários dos servidores públicos de uma vez. O Brasil todo vem, há meses, assistindo o governo do Rio Grande do Sul parcelar o salário dos servidores, e os servidores daquele Estado rico do país, de outra região privilegiada, que tem uma civilização diferenciada e no passado quiseram até se dividir, formar outro país, fizeram greve. E o governador, deputado Bira Corôa, faz

o que, se não tem o dinheiro para pagar? O que o governador pode fazer? Essa é a triste realidade do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, que recebe o dobro da Bahia, com área territorial minúscula, sem área em estado de calamidade, como aqui, que temos diversos municípios da Bahia pelo problema da seca, por estarmos no semiárido, no Rio de Janeiro, antiga capital do país, o governador do PMDB sem poder pagar salário, dividindo o salário.

Então, Srs. Deputados, acredito que temos de pensar, claro. Faz parte a Oposição criticar, desgastar aquele que está no poder, esse é o jogo político, mas tenho certeza absoluta de que, ou os homens públicos que estão dirigindo este país, nos Estados ou nas prefeituras, que estão falidas... Vejam o caso da Bahia. De 417 municípios, acredito que não temos 20 com condições de sobreviver. Não é à toa que de cada 10 prefeitos, 8 ou 9 perderão as eleições. Não tem milagre. Claro que têm bons gestores, nem todos são incompetentes. É natural, mas não existem milagres, deputado Vando! Ou você tem dinheiro... Não é possível fazer dinheiro! Quem faz dinheiro é a Casa da Moeda, mas a presidenta Dilma não pode simplesmente imprimir moedas. Se ela fizer isso, não cumprirá com as obrigações, como está a acontecer em 17 estados do Brasil. É natural que cada um busque os seus direitos.

Eu encerrarei o meu pronunciamento e deixarei, deputado Sidelvan Nóbrega, para a próxima sessão, quando esta Casa deve estar mais animada, para falar sobre o que houve ontem nesta Casa e para mostrar o meu posicionamento. Neste País de tolerância, neste País em que tudo pode, neste País de toda a permissividade nem mesmo os alunos respeitam mais os professores. Eu não sou tão velho – me considero jovem ainda –, mas na época em que eu estudava a professora tinha uma palmatória e está todo mundo vivo! Hoje, os alunos batem nos professores. Os professores não podem falar nada, porque correm o risco de apanhar. Ninguém quer respeitar mais nada! Os caminhoneiros fecham a BR, levando a morte àqueles que precisam de um socorro médico nos grandes hospitais.

Então, deixarei para a próxima sessão, quando esta Casa, seguramente, estará mais lotada, a conclusão do meu pronunciamento sobre esse assunto da permissividade, da tolerância neste País em que tudo pode. Vivemos em gerra! O Brasil está em guerra! É uma guerra civil! Tivemos 54 mil mortos em 2014. Muito mais do que as guerras da Síria, do Iraque e da África, se juntarmos tudo. E todos os brasileiros acham normal. Ninguém se comove mais. Está tudo bem! Esse é o triste retrato do nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs.

Servidores desta Casa, em primeiro lugar uso a palavra para, mais uma vez, destacar que findamos o Novembro Negro como um mês estratégico para o processo de luta de afirmação e consolidação de uma sociedade mais justa e mais igualitária. A Bahia, que, há pouco mais de três décadas, passou a vivenciar o processo de organização e estruturação da sociedade civil em diversos movimentos e segmentos sociais, combatendo o racismo e, conseqüentemente, todas as formas de discriminação no nosso Estado, contribui também para o enfrentamento no País.

A organização do MNU, do Conen, entre outras entidades, bem como o surgimento de agremiações como o Ilê, o Olodum, o Muzenza, entre outros vêm formulando um processo de formação de uma nova consciência e de afirmação de uma sociedade mais igualitária.

Mesmo com todo esse processo – estamos celebrando grandes avanços –, ainda findamos o Novembro Negro com o sentimento de avanço, mas com a certeza de que ainda há muito a avançar. Mesmo porque o processo de discriminação incluso na nossa sociedade é tão forte que ainda não permite que assumamos, num processo como um todo, toda a forma de discriminação e repressão vivenciada no nosso cotidiano. Entre elas, dentro das linhas do racismo que mais necessitam de um enfrentamento temos o institucional, Sr. Presidente. O racismo institucional tem sido incutido no contexto e na máquina do Estado de forma tão presente que não percebemos e não enfrentamos esse racismo. É por isso que a política das cotas e a política, hoje, implementada para discutir a intervenção e, até mesmo, formas de punição para os agressores têm sido, extremamente, necessárias.

Nesse novembro negro, tivemos um passo significativo de conquista, que foi o reconhecimento da ONU em não se destacar um dia de celebração; em reconhecer não apenas um mês, mas reconhecer a necessidade de caracterizar uma década inteira, para o mundo discutir o papel e a importância do continente africano na formação e estruturação socioeconômica e política no mundo e o enfrentamento a todas as formas de racismo. É por isso que esse novembro negro teve, para esta Casa, para o nosso Estado, para os segmentos sociais organizados e para o país, um diferencial.

Há conquistas que podemos celebrar. Esta Casa é palco da consolidação de um dos principais instrumentos vigentes na sociedade baiana, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, aprovado por esta Casa. Melhor dizendo, Sr. Presidente, que nasceu nesta Casa e depois foi estabelecido um pacto importante com o governo do Estado. Quero, inclusive, destacar e agradecer a compreensão e o compromisso do governo estadual que assume o programa, encaminha o projeto de lei para esta Casa, que o aprova. O Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa da Bahia tem sido referencial para formulação de estatutos em outros estados. É um dos instrumentos de maior avanço que temos, hoje, no Brasil, superando, inclusive, o próprio Estatuto Nacional, que sofreu diversas retaliações e limitações, retroagindo conquistas históricas obtidas pelos segmentos sociais e pela capacidade de organização do nosso povo.

Sr. Presidente, quero encerrar pontuando que no dia de hoje, dois de dezembro, estamos celebrando uma data importante para o Brasil, pela nossa identidade, o Dia do Samba. Sem dúvida nenhuma, é mais uma das manifestações populares, culturais e identitárias que nascem, exclusivamente, na nossa Bahia. O samba, muito bem trabalhado pelo Rio de Janeiro e por outros estados, sai do Recôncavo Baiano, exatamente, de Santo Amaro, chega ao Rio de Janeiro e lá se finca ou se firma como o principal instrumento cultural do Rio de Janeiro e símbolo do nosso Brasil.

Feliz Dia do Samba para todos aqueles que perpetuam a nossa identidade sociocultural e econômica.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu confesso que, ainda ressaqueado – ressabiado, melhor dizendo - pela sessão que transcorreu até a madrugada desta quarta-feira, não estava disposto a vir à tribuna. Mas ouvindo uma frase proferida, desta tribuna, pelo presidente, deputado Adolfo Menezes, eu me animei. O presidente afirmou aqui que os países desenvolvidos se desenvolveram, exatamente, nos momentos de crise. Entendo que, infelizmente, isso não acontece com o nosso País. O problema é que o Brasil vive, eternamente, envolvido em crises, aliás, como o seu próprio hino diz, que se não está envolvido em crise, se não está vivendo, eternamente, em crise, está eternamente deitado em berço esplêndido, descansado. Isso reflete o que é a índole do povo brasileiro. Um povo pacato, que aceita as mazelas, sobretudo, vindas da classe política.

A sociedade brasileira, de um modo geral, nós políticos, os empresários, os trabalhadores resistimos às transformações profundas. O que nós precisamos é da conscientização de que o país precisa passar por transformações profundas e de que não temos sido capazes de promover tais transformações, haja vista que nem a reforma política se consegue tirar do papel, e por aí vai.

V.Ex^a falou aqui na lei de Gérson, que diz que o brasileiro gosta de levar vantagem em tudo: é aquele que chega para comprar um objeto e não pede nota, é o que vende e sonega o tributo. Falou muito bem de uma coisa interessante que seria a implementação do imposto único, que, com alguns critérios, talvez fosse muito eficiente sob o ponto de vista da arrecadação da receita pública nesse país.

Um outro aspecto que a classe política resiste muito em mudar é um novo pacto federativo. Nós sabemos que os recursos públicos, a receita tributária, de um modo geral, está concentrada em poderes do governo central, está concentrada no poder do governo federal e essa concentração exagerada de recursos, nas mãos de um único ente, facilita a corrupção, facilita os ralos do dinheiro público. Não se consegue qualificar os gastos com o dinheiro público e vemos isso a vida inteira. O que nós

temos visto nesse país, em determinados momentos, são crises mais acentuadas; em outros momentos, crises mais amenas. O que nós vemos ao longo da nossa vida, e Deus sabe até quando, é o nosso país vivendo nessas idas e vindas. Crises aqui, crises financeiras acolá, crise política, crise econômica, crise moral, e o nosso povo brasileiro continua eternamente deitado em berço esplêndido, deixando a banda passar do jeito que aqueles governantes de plantão querem e preferem. Portanto, o outro aspecto que precisa ser mudado neste país é exatamente a consciência do povo brasileiro.

Durante esse ano, foram apreciados diversos projetos de lei que afetaram e afetam o dia a dia do funcionário público. Eu dizia aqui ontem que o funcionalismo público, de um modo geral, está dominado. Os sindicatos se renderam ao governo do Estado, até porque as diretorias dos sindicatos, em sua maioria, são compostas por membros do próprio governo do Estado. Então tudo está muito bom para esse sindicato que não mobiliza as categorias dos servidores públicos para brigarem, para se articularem, sobretudo, do ponto de vista político, em defesa dos seus interesses, em defesa dos seus direitos adquiridos. Esta Casa ontem aprovou regime de urgência para determinados projetos de lei e até para uma PEC que vai frontalmente contra os interesses do funcionalismo público e, em alguns casos, com a tentativa de retirar direitos adquiridos. A gente não vê essa mobilização toda como víamos no passado.

Na verdade, meu caro deputado Herzem Gusmão e meu caro Presidente, o que nós vimos aqui ontem não vimos em tempo algum. Nem naqueles tempos em que se falava que Antônio Carlos Magalhães era o Antônio Malvadeza – e não era: se formos comparar ao que vemos hoje, Antônio Carlos Magalhães era uma mãe para a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa presente, as prefeituras têm passado por sérias dificuldades hoje, fruto da péssima gestão que o governo federal tem feito no nosso País. O governo tem levado o Brasil a uma crise econômica sem precedentes.

Aqui, quero destacar a prefeitura de Jacobina, que mesmo com tantas dificuldades têm feito um belo trabalho. São construções de creches municipais, reformas de diversas escolas, pavimentação asfáltica de avenidas e várias ações na área de saúde do município. Amanhã, haverá a inauguração da ampliação e modernização do centro de saúde. Enfim, várias ações que a prefeitura tem tido, mesmo com todas as dificuldades.

Infelizmente, o governo do Estado não tem tido a mesma atenção que a prefeitura municipal tem com Jacobina. São diversas ações que o governo do Estado

prometeu em Jacobina e não cumpriu. O mercado municipal de Jacobina, que foi prometido, deputado Leur Lomanto Júnior, durante o período eleitoral, foi assinada a ordem de serviço – encontra-se aqui a ordem de serviço – e, depois de assinada a ordem, depois de passada a eleição, nada! Ninguém sabe, ninguém viu o começo desse mercado.

Está lá a obra de esgotamento sanitário, que também foi começada, foi iniciada e, logo depois, paralisada. Essa obra se encontra, mais uma vez, paralisada. Ninguém sabe se é falta de pagamento da Embasa para a empresa responsável, ou se a empresa responsável não tem condições de fazer essa obra. Então, quero a explicação da Embasa referente à obra de esgotamento sanitário.

Quero falar, também, sobre o gramado do Estádio José Rocha que foi prometido. A população de Jacobina tem esperado esse gramado, e nada! O governo disse que até dia 31 de dezembro deste ano ficará pronto. Espero que isso aconteça, porque o esporte de Jacobina merece, sim, ser bem tratado, assim como a cidade de Jacobina.

Mais ainda quero falar sobre o governo do Estado. O governo que eu mostrei, aqui e agora, que não tem a atenção com o município de Jacobina, do qual falta a atenção com os diversos municípios da Bahia. Já mostramos diversas obras paralisadas. Quero falar sobre o que aconteceu neste Parlamento.

Ontem, a Bancada do governo estadual, a Bancada governista aprovou diversos projetos de lei em regime de urgência. Projetos sem a devida discussão, sem passar pelas comissões temáticas, projetos para os quais foram aprovados o regime de urgência a toque de caixa.

Quero ratificar, mais uma vez, a minha posição e a posição da Oposição, nesta Casa, referente ao projeto que tira benefícios dos servidores públicos estaduais. Seremos contra esse projeto. Não aceitaremos, de forma alguma, que o governo do Estado retire benefícios dos servidores públicos. Por quê? Será que os servidores públicos têm de pagar pela falta de gestão do governo do PT? Será que não existem outras formas de economizar? Como eu disse aqui ontem: será que não podem diminuir os gastos em propaganda? Será que não se pode diminuir o número de secretarias? São secretarias, muitas vezes, que não têm valor para investimentos, só têm o valor, só têm o orçamento para o pagamento de pessoal.

Espero o bom senso do governo do Estado. Espero o bom senso da Bancada governista para que possamos dialogar, para que os servidores públicos do Estado não se prejudiquem. São direitos adquiridos que não podem ser extinguidos de uma hora para outra. Fica aqui, mais uma vez, o meu repúdio para a forma com que foi feita a votação de ontem, repito: sem discussão e sem passar pelas comissões temáticas. E, realmente, transformando esta Casa, infelizmente, numa mera secretaria estadual. A Oposição não aceita e trabalhará contra isso. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, plateia que nos prestigia nas galerias, tantas presenças e tantas ausências, venho explicar por que nós deixamos o Plenário na madrugada. E as presenças representam, ainda, os trabalhos de ontem e os trabalhos na madrugada de hoje.

Diferente do Planserv que ficamos aqui sós, ficamos isolados em defesa dos servidores públicos. Ficamos contrários às alterações perversas do governo com o Planserv que penaliza o servidor, pois é uma espécie de exclusão e gera um desequilíbrio.

Se o Sistema Único de Saúde já é muito ruim na Bahia, vai piorar, porque muitos servidores estão recebendo os seus contracheques e tomando conhecimento do que fez o governo com o servidor. O aumento insignificante no salário com mais uma mordida significativa para o Planserv resultaram no contracheque recebido pelos servidores públicos estaduais durante o último final de semana.

Diferente do nosso isolamento ao defender a categoria, qual seja, os servidores públicos estaduais, eu estava vendo a relação dos sindicatos que estarão aqui na próxima quarta-feira para oferecer resistência contra o pacote de maldades do governo Rui Costa, pois o governo pretende retirar conquistas históricas adquiridas pelos trabalhadores.

Portanto estaremos, aqui, contrários às medidas e à forma como o governo está tratando o Parlamento.

Na semana passada, chegou à Assembleia Legislativa, praticamente no crepúsculo da quinta-feira, 25 projetos de lei e uma PEC. Dentre os 25 projetos de lei, há vários pedidos de votação em caráter de urgência. Vejam, são 15 projetos! Nem os deputados do governo, hoje ausentes, tampouco os deputados oposicionistas tomaram conhecimento ou tiveram tempo de estudar ou de saber o que todos votarão.

Mas nós estamos observando que os deputados governistas deixarão as suas impressões digitais. Por isso, os deputados governistas haverão de ser cobrados e haverão de ter de se justificar perante os servidores públicos do Estado o que eles estão avalizando ao votarem a favor de projetos de lei que retiram conquistas e benefícios.

Por outro lado, este pacote penaliza a indústria. E a indústria baiana fica menos competitiva com o aumento na alíquota do ICMS que salta de 17% para 18%. Com mais 2%, também, de aumento de alíquota para o Fundo Estadual de Combate e

Erradicação da Pobreza, o governo estará cobrando, ao total, 20%!

Ou seja, o ICMS, hoje, salta de 17% para 20%!

Nós haveremos de pagar a conta! O PT quebrou a Bahia como quebrou o Brasil. E, agora, eles estão querendo cobrar de nós, baianos, ao enviar para esta Casa projetos de lei para serem votados de maneira apressada, de maneira açodada e de maneira irresponsável. (Muitas palmas.)

Portanto, conclamamos os sindicatos! Venham para cá na próxima quarta-feira. O governo e os deputados respeitam o povo. Todo poder emana do povo e, em seu nome, será exercido. E, com as presenças e com a força de todos vocês, nós haveremos de oferecer resistência e derrotar o governo nesta Casa.

Muito obrigado, Presidente. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para encerrar, o nobre deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ontem, a Câmara Municipal de Jequié, minha querida cidade, resolveu, por unanimidade – são 19 vereadores naquela Casa – aprovar a abertura de processo de impeachment contra a prefeita Tânia Brito, deputado Herzem Gusmão.

Já foi tarde!

Sr. Presidente, há denúncias em várias áreas do município, quer seja na educação, quer seja na saúde, acerca das irregularidades cometidas pela prefeita Tânia Brito.

Anteriormente, a Câmara Municipal de Jequié e o próprio Ministério Público já entraram, também, com representação pedindo para abrir um processo de impeachment contra a prefeita Tânia Brito.

Veja, deputado Herzem Gusmão, a que ponto chegou a minha querida cidade de Jequié!

Falo, aqui, com a propriedade de quem está, ao longo desses 3 anos, fazendo oposição à administração da prefeita por não tê-la apoiado. E todos já sabiam o que aconteceria em Jequié. Todos já sabiam que a prefeita não tinha, como está comprovado hoje, a menor condição de administrar o município de Jequié.

Parabenizo a Câmara Municipal de Jequié por tomar esta brava atitude.

Para os senhores terem uma ideia, até o próprio líder do governo da prefeita Tânia Brito votou a favor do pedido de abertura de processo de impeachment na Câmara de Vereadores.

Devido ao caos total e ao desleixo total em que se encontra o município, não só

abandonado pela atual gestão municipal mas, também, deputado Herzem Gusmão, Jequié encontra-se, completamente, abandonada pelo governo estadual.

Jequié vem sofrendo, meu caro presidente Adolfo Menezes, ao longo desses últimos anos, o maior abandono que o governo do Estado pode ter tido com um município! Falo, aqui, com propriedade! Deputado Herzem, se houve abandono por parte do governo do Estado para com um município, podem ter certeza de que este abandono foi para com o município de Jequié.

Jequié não tem mais nada! O aeroporto já existiu há tempos, inclusive, com voos regulares e, hoje, se encontra fechado. O distrito industrial do nosso município se encontra, completamente, abandonado.

Falo disso desde o início do governo Jaques Wagner.

Sobre isso, venho alertando e cobrando as ações do governo do Estado em favor da nossa cidade de Jequié.

Jequié é carente de tudo! Quanto à área de saúde, foi prometida a construção de um hospital regional no município e, até hoje, nada foi feito. Foi prometida a construção de uma segunda ponte ligando o bairro de Jequiezinho ao bairro de Mandacaru e, também, a promessa não foi cumprida.

Depois, divulgou-se a construção de uma passarela, já que não existiam recursos para a construção da ponte, mas também nem a passarela a população de Jequié tem hoje para atravessar o Rio de Contas.

Prometeu-se a autonomia da nossa universidade, UESB, deputado Herzem, mas ficou só na promessa. Essa é a triste e dura realidade em que se encontra o município de Jequié. A Câmara de Vereadores aprovou por unanimidade dar início a um processo de impeachment contra a prefeita. Jequié clama, Jequié está na UTI. É preciso que se tire imediatamente essa prefeita para que se possa reconstruir uma cidade que está completamente entregue e abandonada à sua própria sorte.

Era isso, Sr. Presidente, Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.